XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

RECONFIGURAÇÃO DAS LUTAS DAS MULHERES NO MEIO RURAL. BRASILEIRO: ação política, articulação e democratização.

Laeticia Jalil y Caroline A. Bordalo .

Cita:

Laeticia Jalil y Caroline A. Bordalo . (2009). *RECONFIGURAÇÃO DAS LUTAS DAS MULHERES NO MEIO RURAL. BRASILEIRO: ação política, articulação e democratização. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/809

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

RECONFIGURAÇÃO DAS LUTAS DAS MULHERES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: ação política, articulação e democratização[1]

Laeticia Jalil[2]
Caroline A. Bordalo[3]

RESUMO:

Este estudio se propone comprender cómo las cuestiones de género y feministas, están presentes en los proyectos políticos de dos movimientos autónomos de mujeres rurales en Brasil y cómo se configuran en acciones públicas. Buscamos analizar las acciones del Movimiento de la Mujer Trabajadora Rural del Noreste (MMTR-NE) y del Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC). Para tal fin, fue realizado un trabajo de campo en los estados de Santa Catarina y Pernambuco, así como un levantamiento histórico y bibliográfico de las cuestiones orientadoras de la investigación, tales como: participación política de las mujeres en el medio rural, las formas de cuestionamiento a la división sexual del trabajo y el proceso de democratización a partir de las acciones públicas. Esos grupos surgen como tales a partir de la necesidad de fortalecer la lucha específica de las mujeres por la tierra y por la democratización del medio rural. A partir de las observaciones proporcionadas por la investigación, planteamos algunas preguntas orientadoras que nos permitieron problematizar los respectivos contextos políticos, sociales y económicos que caracterizan el espacio de lucha y la forma de organización de estos movimientos. En ese sentido, percibimos algunas semejanzas y diferenciaciones entre las organizaciones y sus acciones públicas y prácticas políticas, que serán presentadas en este trabajo buscando contribuir a la comprensión de ese contexto en el proceso de organización de estos movimientos autónomos de mujeres rurales. Para ello, planteamos algunas preguntas como: ¿de qué forma la lucha de las mujeres amplía, reconfigura e democratiza el espacio público? ¿Cómo ellas articulan las luchas específicas con la lucha por la democratización del acceso al agua, a la educación, la seguridad social y la construcción y fortalecimiento de la ciudadanía? ¿Cómo se articulan con otros sujetos políticos?

Palabras clave: género-movimiento de mujeres rurales-democratización-Brasil

RESUMO:

Esse estudo se propõe a compreender como as questões de gênero e feministas estão presentes nos projetos políticos de dois movimentos autônomos de mulheres rurais no Brasil e se configuram em ações públicas. Buscamos analisar as ações do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Para tal, foi realizada pesquisa de campo nos estados de Santa Catarina e Pernambuco bem como um levantamento histórico e bibliográfico das questões orientadoras da pesquisa, tais como: participação política das mulheres no meio rural, as formas de questionamento à divisão sexual do trabalho e o processo de

[1] Texto apresentado no XXVII Congreso ALAS, GT.11- Género, desigualdades y cuidadania. Buenos Aires, 2009.

[2] Socióloga, doutoranda pelo Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. (CPDA/UFRRJ). E-mail: laeticiajalil@gmail.com.

[3] Socióloga, mestranda pelo Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. (CPDA/UFRRJ) E-mail: caroline_tato@yahoo.com.br.

democratização a partir das ações públicas. Esses grupos surgem como tais a partir da necessidade de fortalecer a luta específica das mulheres na luta pela terra e pela democratização do meio rural. A partir das observações que a pesquisa nos proporcionou, levantamos algumas questões orientadoras que nos permitiram problematizar os respectivos contextos políticos, sociais e econômicos que caracterizam o espaço de luta e a forma de organização destes movimentos. Nesses termos, percebemos algumas similitudes e diferenciações entre as organizações e suas ações públicas e práticas políticas, que serão apresentadas neste trabalho buscando contribuir para a compreensão desse contexto no processo de organização desses movimentos autônomos de mulheres rurais. Para tal, levantamos algumas questões, tais como: de que forma a luta das mulheres amplia, reconfigura e democratiza o espaço público? Como elas articulam as lutas específicas com a luta pela democratização do acesso à água, educação, previdência social, para a construção e fortalecimento da cidadania? Como se articulam com outros sujeitos políticos?

Palavras-chave: gênero; movimento de mulheres rurais; democratização; Brasil

1. INTRODUÇÃO

Com o processo de democratização do Brasil iniciado na década de 80, os movimentos sociais ressurgem com força contestatória, causando transformações tanto na vida política, como na ordem social e econômica. Perceber como as transformações *no* e *do* mundo rural tem se apresentado para os diversos sujeitos a partir deste contexto, é fundamental para compreender como este processo se configura numa nova ordem democrática, a partir da incorporação de novas demandas e do reconhecimento de novos sujeitos políticos, como o movimento autônomo de mulheres rurais.

É neste ambiente e no bojo das transformações políticas que, no Brasil, os movimentos de mulheres ganham força e significativa expressão nos processos de luta no campo e datam deste período as primeiras organizações formais com o objetivo de reivindicar o reconhecimento político de um estatuto profissional, bem como outros direitos sociais. (CARNEIRO, 1987). O feminismo passa a ser alternativa de prática política e argumentação teórica para o entendimento das questões específicas que envolvem a vida das mulheres, como as questões de gênero e a divisão sexual do trabalho e o patriarcado[4]. A luta pela terra ganha força e as mulheres passam a ser sujeitos reconhecidos neste processo.

Esta luta complexifica-se com a incorporação de novas demandas ou "questões específicas", tais como o questionamento à divisão sexual do trabalho, a violência sexista, a participação política das mulheres em sindicatos, partidos políticos, associações, levando a uma mudança não só de conteúdo das ações de luta, mas a forma

[4] Segundo Shiva: "O mundo patriarcal considera o homem como a medida de todo o valor e não admite a diversidade, só a hierarquia. Trata a mulher como desigual e inferior porque é diferente. Não considera intrinsecamente valiosa a diversidade e a natureza em si mesma, só sua exploração comercial em busca de um benefício econômico e assim lhe confere valor (...) a destruição da diversidade e a criação de monocultivos se convertem em um imperativo para o patriarcado capitalista." (Shiva, 1998).

como ações vão ocorrer, o que promove a ressignificação das práticas de produção e reprodução social, levando a um questionamento do *status quo*, forçando a ampliação e redefinição dos espaços públicos[5], com o reconhecimento de diversos sujeitos políticos na luta por acesso a bens e direitos, o que possibilita uma democratização do meio rural brasileiro.

Este questionamento causa conflitos percebidos aqui, como indispensáveis para iniciar um processo de democratização, fortalecendo a luta pela cidadania[6], ampliando o acesso a direitos sociais e que leve a uma transformação das relações de poder. Estes conflitos são vividos e experimentados pelas mulheres tanto na relação com o Estado, como na relação com a sociedade civil, na medida em que, como afirma DAGNINO (2002:282), esta não pode ser vista como espaço do bem, mas que reflete relações de poder e que podem disputar distintos projetos políticos[7], entendidos como *aquilo* que orienta *aquela* ação.

Sob este entendimento, os movimentos de mulheres diferenciam-se tanto na forma de ação pública e nas suas relações e articulações com os outros sujeitos políticos, como estado, sindicatos, partidos, movimentos sociais mistos, etc, quanto na concepção política do seu papel neste processo. Buscando compreender como esta diferenciação se apresenta no meio rural brasileiro, realizaram-se duas pesquisas de campo[8], uma no estado de Santa Catarina, região sul do país, tomando como sujeito o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, e a segunda no estado de Pernambuco, região nordeste do Brasil, em que se observou e analisou as ações políticas do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR-NE.

---

5 O espaço público permite aos indivíduos problematizar "em público" uma condição de desigualdade na vida privada. Isto é, lhes permite questionar a sua exclusão de arranjos políticos através de uma deliberação ampla. A condição de publicidade pode gerar uma nova gramática societária (Santos e Avritzer, 2002: 52-53). O público se distingue do estatal, passando a ser considerado como um espaço da sociedade. De uma perspectiva de democracia participativa, os espaços públicos poderiam ser considerados como instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e a voz a novos atores, caracterizados pela pluralidade social e política, sem estar monopolizados por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado, havendo uma tendência à igualdade de recursos em termos de informação, conhecimento e poder, e onde se visibiliza o conflito e se oferecem condições para sua resolução levando em conta os interesses e opiniões na sua diversidade (Dagnino et alli, 2006:23-25). Enquanto nos espaços públicos fracos, só se leva a cabo a deliberação, nos "fortes" a deliberação se acopla à decisão. Na construção da democracia, a prática da deliberação tende a ampliar a esfera política, criando novas formas de relação entre a sociedade civil, a sociedade política e o Estado "(ROMANO, 2007:23)

6 Segundo OLIVEIRA (2001) "Embora o bem-estar e a alta qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, não se deve colocar tais direitos como sinônimo de cidadania, pois este economicismo pagaria o preço de desconsiderar cidadãos os que não tem meios materiais de bem-estar e qualidade de vida ".p.12
"A luta pela cidadania é a forma mais moderna, contemporânea, do conflito de classes. Por que é a luta pelos significados, pelo direito á fala e a política, que se faz apropriando-se do léxico dos direitos e levando-os, redefinindo-os, num novo patamar, de fato transformando o campo semântico ao tempo em que se apropria dele."p.21

7 Estamos usando o termo *políticos* num sentido próximo a visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam ação política dos diferentes movimentos. Dagnino, 2002,p:282.

8 As pesquisas realizaram-se separadamente, sendo objetos para dissertação de mestrado das autoras. A pesquisa sobre o MMC aconteceu em três visitas de campo, durante os anos de 2007 e 2008. A pesquisa sobre o MMTR-NE consistiu em três etapas (2006, 2007 e 2008): uma em Brasília, durante a preparação da Marcha das Margaridas e outras duas em Pernambuco.

2. Democracia e Participação: O contexto político do surgimento dos movimentos de mulheres no Brasil

A partir do final dos anos 70, o mundo inicia uma nova ordem econômica mundial, e os estados latino-americanos implementaram várias medidas e políticas neoliberais[9] que acirraram as desigualdades sociais, a pobreza e a exploração, abrindo estes países para a entrada de um novo tipo de capital, que encontra no campo um espaço ideal para se reproduzir, com o fortalecimento do agronegócio; o desenvolvimento da indústria de sementes, insumos e agrotóxicos; tecnificação excludente; a flexibilização das leis trabalhistas e ambientais; manutenção do latifúndio e a produção da monocultura. Como reflexo, as populações rurais estão cada vez mais pauperizadas e, para a vida das mulheres, isso se mostra de maneira acentuada.

Constata-se que a manutenção do latifúndio e a falta de serviços básicos aprofundam a exploração do trabalho das mulheres, já que são estas as "responsáveis" pelo cuidado da família, que também é a unidade produtiva.[10] Elas também são responsáveis pela manutenção do tecido social e da propriedade em lugares que há as migrações sazonais. A luta pela manutenção da diversidade, o cuidado com as sementes e a agricultura de subsistência também ficam sob responsabilidade das mulheres, já que tudo que é produzido fica no entorno familiar.

Neste período, com o fim do governo ditatorial militar (1985), o Brasil inicia o processo de democratização, tendo como ponto central a assembléia constituinte de 1988 que, segundo SANTOS (2002), aumentou a influência de diversos atores sociais nas instituições políticas através de novos arranjos participativos.

Este processo não é linear e deve ser percebido como fruto da conquista dos movimentos sociais organizados (como sujeitos coletivos) e da necessidade de mudanças estruturais, políticas e culturais, que trazem à tona o questionamento das formas de representatividade e dos projetos políticos, bem como a necessidade de retomar o significado de uma democracia participativa, *como projeto de inclusão e*

[9] Nos países da América Latina as políticas neoliberais se expressam como uma série de medidas políticas, sociais e culturais que buscam o enfraquecimento do Estado na sua dimensão social e isto se reflete na dimensão social em medidas como flexibilização das leis trabalhistas, diminuição de direitos sociais básicos, como saúde e educação, privatização de empresas estatais como telefonias, abastecimento e energia; Na dimensão política como a despolitização dos governos democráticos, assim a democracia passe a ser reconhecida apenas como uma forma de governo; tecnificação da política e perda de sentido de participação popular política, há um fortalecimento do aparato repressivo do estado, tanto para manter a ordem e o direito à propriedade privada e exploração dos recursos naturais e sociais, como aumentando a criminalização dos movimentos sociais. Na dimensão cultural como a mercantilização da vida humana e da natureza, tudo passa a ter um valor e é passível de se tornar uma mercadoria.

[10] O modelo hegemônico da família camponesa apóia-se na articulação de três funções: a produção, o consumo e a reprodução biológica e social. A forma de produção é uma das peculiaridades e mostra sua complexidade, pois se caracteriza por ser uma forma de produção em que a unidade de trabalho se confunde com a família (ainda que possam existir trabalhadores externos à unidade familiar, e possa haver membros da família que exerçam atividades fora da unidade familiar). Essa condição ambígua, de ser uma forma de produção, e um espaço de convivência entre pessoas que estão ligadas por laços de consangüinidade e matrimônio, constitui uma das complexidades a serem levadas em conta quando se estudam as relações de gênero no meio rural. (CARNEIRO, 1998, p. 70)

inovação cultural, sendo a tentativa de instituição de uma nova soberania democrática. (Santos, 2002:58).

Esta *tentativa* pode ser percebida a partir da ação política dos movimentos autônomos de mulheres[11]. Estes passam a ser um dos sujeitos coletivos, que geram tipos específicos de ações coletivas, questionando a institucionalidade dominante e as relações de poder. Tem um caráter desformalizador e desregulamentador[12] que segundo OLIVEIRA (2001, p. 19) os movimentos sociais de luta contra-hegemônica devem adotar como estratégia para a construção de um novo projeto de sociedade, anticapitalista e antipatriarcal[13]. Para tal, procuram se articular com outros sujeitos, buscando construir uma nova ordenação social.

Segundo DAGNINO (2002), essa articulação é necessária para ampliar os espaços públicos de participação política, bem como para a criação de um novo projeto político participativo, democrático. Este projeto deve ser resultado do desenvolvimento da capacidade de ação propositiva e crítica dos movimentos sociais e outros atores políticos, e diferentemente da simples reivindicação, requer o reconhecimento da totalidade de interesses envolvidos e a visão da sociedade no seu conjunto, e, portanto, a superação de uma cultura particularista ou corporativista[14].

Neste contexto, ao analisar MMC e MMTR-NE, percebemos algumas similitudes e diferenciações de suas ações públicas e práticas políticas, tomando como eixo orientador algumas questões, tais como: Como se articulam com outros sujeitos políticos? Como elas articulam suas lutas específicas com a luta pela democratização da água, educação, previdência social, para a construção e fortalecimento da cidadania? De que forma a luta das mulheres amplia, reconfigura e democratiza o espaço público?

[11] Nesta década surgiram o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) em 1984, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985, Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/FETAGRO) em 1985, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) em 1986, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA) em 1987, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), a Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais-Sul em 1988 e finalmente a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) em 1990.

[12] Desformalizador – mudança na forma de representação; desregulamentador – mudança nas regras de representação.

[13] Os movimentos sociais estariam inseridos em movimentos pela ampliação do político, pela transformação de práticas dominantes, pelo aumento da cidadania e pela inserção na política de atores sociais excluídos (SANTOS, 2002, p. 53)

[14] DAGNINO, 2002.

3. Movimento de Mulheres Camponesas e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste: *ações e práticas políticas para transformações do mundo rural brasileiro.*

3.1- MMC

O MMC é fruto de uma luta política que envolve as mulheres agricultoras rurais desde a década de 70 e que estavam envolvidas em diversas organizações, como Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e grupos de mães, como parte dos processo de questionamento às estruturas patriarcais e capitalistas fortemente presentes no meio rural brasileiro[15]. Surge como tal, a partir de 2003 quando as mulheres organizam várias discussões em todos os estados, com os movimentos mistos e sindicais, culminando na realização do I Curso Nacional, que aconteceu de 21 a 24 de setembro de 2003 e contou com a presença de 50 mulheres, vindas de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos. Neste encontro foram tirados os princípios políticos e as diretrizes do novo movimento social que nascia.

> *Constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que "a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta"* [16]

Nacionalmente o MMC está presente em quase todo o país, atuando em articulação com movimentos sociais de mulheres e mistos, rurais e urbanos, de atuação nacional e internacional, sendo o único movimento feminista que compõe a Via Campesina no Brasil e como tal, reafirma o modelo de agricultura camponesa na luta pela preservação da terra e da vida, a partir da auto-organização das mulheres.

Estadualmente como, por exemplo, em Santa Catarina, se organiza geopoliticamente em Regionais. Cada Regional compõe um conjunto de municípios coordenados e acompanhados por monitoras, que têm a função de organizar os grupos de base, realizar atividades de formação sobre feminismo e participação das mulheres em espaços públicos; construção de ações públicas; oficinas das sementes crioulas e plantas medicinais.

Na construção das ações políticas o MMC se organiza a partir da articulação com grupos de bases, coordenações municipais, regionais, estaduais e nacional. Estas articulações acontecem em parceria com sujeitos políticos locais como: pastorais (da saúde, da criança, da educação, da terra), sindicatos, grupos de mulheres e de mães, alguns políticos, etc. Buscam construir ações públicas que reafirmem o movimento e as mulheres como os sujeitos de direito, visibilizando suas condições de mulheres camponesas[17], questionando e enfrentando as formas de dominação e opressão em que

[15] Para saber mais ver FLEXOR (2002), PAULILO (1990) e MIOR (2005).

[16] Nota de apresentação do movimento em sua página : www.mmcbrasil.com.br/menu/historia_por.html. Acessado em 09/01/2008.

[17] Mulher camponesa é uma identidade política disputada pelas mulheres como forma de reafirmação de um modelo de agricultura camponesa. Para o MMC mulheres camponesas aborda um conjunto de mulheres que exerce diversas atividades – extrativismo, pescaria, quilombolas, seringueiras, trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, quebradeiras de coco, assentadas, arrendatárias, sem terras, acampadas,

vivem, forçando um processo de democratização do meio rural. Como exemplo destas ações, apresentamos as ações políticas para a construção do oito de Março de 2008, dia internacional de luta das mulheres.

Observamos a ação do 8 de março de 2008 como processo de uma luta em que as mulheres do MMC iniciaram em 2006[18] quando colocam num espaço público, no Fórum Mundial de Reforma Agrária proposto pela FAO em Porto Alegre, RS, a denúncia da expansão da monocultura do eucalipto no estado e suas conseqüências ambientais, culturais, sociais e econômicas, a partir de uma perspectiva camponesa.

A ação de 2008 iniciou-se com uma articulação em todo o estado de Santa Catarina entre o MMC e diversos sujeitos políticos como CUT, FETAG, CONTAG, STR'S e a Igreja Católica, os movimentos que compõem a Via Campesina e outros movimentos de mulheres rurais e urbanas, dentro de uma proposta nacional de lutas e teve como tema: "Contra o agronegócio, pela defesa da vida e construção do Projeto de Agricultura camponesa".

A intenção foi levar 600 mulheres à Florianópolis, capital do estado com o objetivo de reivindicarem a seguinte pauta: construção de 600 cisternas, 30 hortos para plantas medicinais e cursos de alfabetização para as mulheres. Esta pauta se insere dentro das lutas por participação e reconhecimento do MMC e das mulheres como sujeito político de direitos, o que incluímos na luta pela democratização, já que questiona a lógica política hegemônica e a forma com que o Estado tem se relacionado com as mulheres camponesas, exigindo um novo ordenamento social e arranjo político.

---

indígenas, e a unificação destas "diversas experiências e a participação política das mulheres, desemboca na criação do Movimento de Mulheres Camponesas". Disponível em pagina eletrônica do MMC, em http://www.mmcbrasil.com.br, acesso em 13/5/2009. Há um longo debate teórico sobre o que diferencia a categoria de agricultura familiar e de campesinato. Atualmente há um debate entre diversos grupos e movimentos sociais sobre as similitudes das práticas, em relação com a terra e com a forma de trabalho, com a natureza e o tempo, colocando as duas como categorias políticas que, de acordo com a necessidade, são acionadas.

[18] No dia 8 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul, uma poderosa ação direta de cerca de duas mil mulheres agricultoras organizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e outros movimentos vinculados à Via Campesina, destruiu laboratórios de produção de mudas de eucaliptos da empresa transnacional de origem norueguesa Aracruz Celulose. A ação foi concomitante à realização, em Porto Alegre, da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). A mobilização tinha o objetivo de denunciar as conseqüências sociais e ambientais do avanço do "deserto verde" criado pelo monocultivo de eucaliptos e outras espécies florestais, e a expulsão violenta de indígenas e camponeses de terras reivindicadas pela Aracruz, ocorrida no início do ano, no estado do Espírito Santo. Nas palavras das mulheres: "Onde o deserto verde avança a biodiversidade é destruída, os solos deterioram, os rios secam, sem contar a enorme poluição gerada pelas fábricas de celulose que contaminam o ar, as águas e ameaçam a saúde humana" [18]. O protesto foi definido por elas como uma manifestação contra o "agronegócio" e em defesa de "um outro projeto de agricultura camponesa", que respeite a natureza, que produza alimentos para o auto-sustento e conserve a soberania alimentar. Movimento de Mulheres Camponesas, Boletim Eletrônico n.5, 15/03/2006; disponível em http://www.sof.org.br/arquivos/doc/mulheres_e_eucaliptos.doc, acessado em 09/01/2008.

3.2- MMTR-NE

Pra ir votar, eu sou mulher
Pra não ter voz eu sou mulher
Pra não ter vez eu sou mulher
E no sindicato, por que é que
eu não sou mulher?"

(Música "Sou Mulher", MMTR-NE)

As transformações políticas que marcaram a década de 1980 foram intensamente sentidas pelo sindicalismo rural. (MEDEIROS, 1989) A reorganização das instituições e entidades políticas no início do processo de redemocratização acabam por ter grandes momentos de mobilização dos trabalhadores tanto rurais quanto urbanos. No caso do sindicalismo rural em Pernambuco, essas mudanças podem ser melhor compreendidas se analisarmos a atuação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) nas diferentes regiões do estado posto que os conflitos em cada região possuem características bem específicas e que se refletem na política da federação. Se partirmos da premissa de que é fundamental aliarmos um contexto mais amplo de transformações sociais com possibilidades locais de organização, o caso de Pernambuco nos parece exemplar nesse sentido, uma vez que podemos nos questionar porque as primeiras iniciativas de organização de mulheres acontecem no Sertão e não na Zona da Mata, onde a forte atuação da federação nos períodos das greves dos canavieiros em 1979 e no início da década de 1980 fez da Fetape uma vitrine de ação política para outros estados. (MEDEIROS, 1989, SIGAUD, 1980, 1979)

Autoras como Cordeiro (2004) e Abreu e Lima (2003) apontam que uma forte seca entre os anos de 1979 a 1984, teria impulsionado a organização das mulheres, pois muitas tornaram-se, nesse período, "chefes de família" condição assumida pela ausência dos maridos que, sem trabalho, migravam para outras regiões do estado e do país. Assim, a visibilidade da organização dessas mulheres teria se dado a partir da luta pelo direito de se alistar nas Frentes de Emergência[19], reconfigurando papéis tradicionalmente diferenciados e hierarquizados entre homens e mulheres. Entretanto, há de se fazer outra pergunta: porque em outros períodos de seca essa mobilização não aconteceu? Neste contexto, a organização das mulheres rurais comunga de características que estão além das secas. Nesses termos, e a partir da análise dos relatórios dos primeiros encontros e reuniões com mulheres no sertão de Pernambuco o que se percebe, a princípio, é a "necessidade da organização".

A inclusão nas frentes se tornou uma bandeira concreta e, articulada aos sindicatos, impulsionaria o processo de crescente oposição à algumas lideranças sindicais, o que levava a distinção entre sindicatos "combativos" e "pelegos". Tal

[19] As Frentes de Emergência eram programas executados nos períodos mais críticos das secas e consistiam em obras de pequeno e médio portes em grandes propriedades. Vale destacar que em anos anteriores, as frentes se destinavam, sobretudo, à realização de grandes obras públicas. Assim, as frentes de emergência desse período teria ficado conhecida como a "frente dos patrões" (ABREU e LIMA, 2003)

distinção acabaria por encontrar na organização das mulheres do sertão pernambucano um importante aliado político. Na concepção, "sindicatos combativos" seriam aqueles que se mostram parceiros, e que apóiam concretamente a efetivação das demandas das mulheres, na medida em que, baseados numa proposta menos hierarquizada de estrutura sindical, contribuiriam para sua inserção política, ainda que por meio de mecanismo como as cotas. Neste ponto, cabe caracterizar o sindicalismo levado a cabo no sertão pernambucano a fim de compreender alguns aspectos relevantes para o surgimento e desenvolvimento das organizações de mulheres.

Segundo Abreu e Lima (2003) a grande atividade levada no Agreste e no Sertão foi a fundação ou reorganização dos sindicatos, a partir, principalmente, "da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, em 1971, cujo financiamento vinha do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, FUNRURAL" estabelecendo convênios entre o Estado e os sindicatos para atividades de previdência social.

Diferente de outras regiões do estado, os membros dos sindicatos eram basicamente pequenos proprietários e produtores, geralmente sem terra própria e trabalhando no sistema de parceria. Estes sindicatos lidavam com uma variedade de questões que iam desde a luta pela terra e defesa de uma política de preços mínimos, a problemas de grilagem, má administração de projetos de irrigação, e questões salariais, embora este último em menor número (ABREU E LIMA, 2003). Segundo a autora, no caso específico das Frentes, eram comuns irregularidades nos contratos como o alistamento de trabalhadores que não tinham real necessidade e que dividiam o salário com grandes fazendeiros da região.

Se as Frentes de Emergência eram espaços de conflitos entre trabalhadores e proprietários rurais, esse novo contexto situaria essa característica local na política mais ampla, onde a Fetape começava também a encontrar oposições internas, contribuindo para o surgimento de novas lideranças no estado[20]. De acordo com Cappelin (1987), esse contexto de reorganização do movimento sindical teria fomentado a demanda de um maior espaço de expressão político institucional que questionava a legitimidade de antigas lideranças, bem como o questionamento da ausência de participação das mulheres nos sindicatos, tema que foi lentamente incorporado nas pautas políticas das oposições sindicais.

A idéia corrente do trabalho invisível da mulher ou ainda desse trabalho ser visto como "ajuda" ou complementar ao trabalho do marido se torna um obstáculo para dar sentido tanto à sindicalização da mulher quanto a sua identificação como trabalhadora rural. Dessa forma, busca-se também reforçar a identidade de

[20] De acordo com Abreu e Lima (2003) "As lutas organizadas no Sertão tiveram um caráter muito amplo e contaram com a direção dos sindicatos e da FETAPE. Apesar da efetiva participação de antigos dirigentes, como no caso de Afogados da Ingazeira, os novos tiveram bastante destaque. Sob o título "CUT quer fazer o Sertão virar Marx", um jornal afirmava ser o sindicalismo rural dessa região mais aguerrido que o da zona da Mata, pois essas novas lideranças eram ligadas à CUT e ao PT. Suas principais bases eram nos municípios de Serra Talhada, Itacuruba, Petrolândia, Tabira, Triunfo, Floresta e São José do Belmonte".

trabalhadora rural,[21] categoria ampla que buscava abarcar as diferentes formas de inserção das mulheres na força de trabalho. À luta pelo direito à sindicalização incorporou-se questões específicas, pois trata-se de uma concepção de política que via no sindicato um instrumento fundamental de luta. De acordo com Capellin (1987) a partir de 1985 institucionalizam-se nos grupos de assessoria sindical[22], equipes que apoiaram e fomentaram o intercâmbio de experiências de educação popular específicas para mulheres trabalhadoras e certamente esse é um aspecto importante quando observamos a transformação de algumas das bandeiras de luta das mulheres ou mesmo quando o termo "gênero" começa a aparecer como constituinte dos discursos e das práticas desses movimentos[23].

Entretanto, essa apropriação se dá de modos distintos em cada MMTR dos estados do nordeste. Em especial no caso de Pernambuco, a interpretação dada se dirige diretamente como uma exigência de igualdade de oportunidades políticas dentro da estrutura sindical ao mesmo tempo em que legitima socialmente um espaço à parte, destinado apenas às mulheres. Assim, as formas e as possibilidades concretas de organização de mulheres esteve relacionada à legitimidade dos sindicatos como um importante interlocutor para a mobilização destas.

É nesse contexto que compreendemos a iniciativa em 1987 de formar uma articulação regional dos movimentos autônomos de mulheres rurais do nordeste (os MMTRs). O MMTR-NE[24] surge, portanto, num contexto onde a categoria de mulher trabalhadora e o sindicalismo possuem historicamente uma relação estreita. A definição abaixo ilustra bem essa ultima colocação:

> *"Ocupamos o espaço no campo sindical e hoje temos mulheres sindicalizadas, delegadas de base, dirigentes em sindicatos, federações e confederação fortalecendo assim a organização das mulheres no sindicalismo" (grifo nosso, MMTR-NE, 1996)*

No caso específico do MMTR-NE uma questão é fundamental. Ao colocar o sindicato como espaço por excelência de representação, o trabalho desenvolvido em nenhum momento disputou este espaço, mas sim às estruturas políticas internas. Nesses termos, o que a análise do MMTR-NE vem demonstrar é que é na relação com o sindicalismo rural (sobretudo a partir das influências de uma federação como a Fetape) que sua ação política é dotada de sentido.

---

[21] Note-se que o reconhecimento da mulher como trabalhadora traria, como conseqüência, sua inclusão no sistema previdenciário. É significativo o uso e a luta pelo reconhecimento de uma terminologia que ocupou uma página histórica da luta dos trabalhadores rurais no Brasil.

[22] De acordo com a autora, essas equipes muitas vezes se apoiavam em grupos do chamado Movimento Feminista.

[23] Com base nos documentos analisados, é no início da década de 1990 que o termo "gênero" ganha um sentido mais amplo e profundo, transpassando outras questões pautadas pelos movimentos como direitos previdenciários ou reforma agrária.

[24] O MMTR-NE atua nos nove estados da região nordeste.

4. Considerações finais

A partir do apresentado, percebe-se que tanto o MMC, quanto o MMTR-NE se constituem como sujeitos políticos coletivos reconhecidos nas esferas políticas em que estão inseridos e se legitimam a partir de uma efetiva representatividade junto aos grupos de mulheres rurais, com a incorporação das demandas especificas nos seus projetos políticos que os caracterizam. Estes projetos correspondem a concepções políticas diferenciadas, o que determinam formas de articulação e ação distintas.

Neste campo o MMC se percebe como protagonista das ações políticas, o que determina suas articulações, a fim de que possa assegurar a participação e representação efetiva das mulheres nos espaços públicos. Para o MMTR-NE o sindicato se reafirma como um instrumento de questionamento, e por esta razão, seu empenho em qualificar a participação dos sindicatos.

Outra dimensão é perceber que esta inserção significa participação das mulheres rurais na esfera publica, e que o processo de participação qualifica sua ação política, e resignifica o seu papel enquanto sujeito no espaço publico e privado, bem como na sua relação com o movimento. Segundo Fischer (2006, p. 57), ao participar das lutas no campo articuladas pelo movimento de mulheres, a trabalhadora rural ganha um espaço que lhe permite questionar as relações de dominação, especialmente no espaço público. A ação política das mulheres rompe a cortina de sua invisibilidade pública (SILVA, 1992, p. 282) graças a uma nova trama de relações sociais que pressupõe interações e novos saberes que, por sua vez, redefine relações de poder também na instância do privado. Cria-se, portanto, um novo espaço propício à reconstrução das relações de gênero. Segundo Cappelin (2008):

> Nesse sentido, podemos dizer que já desde o fim dos anos 70, os movimentos das trabalhadoras estão interpelando a sociedade. Sem duvida, sua capacidade de produzir argumentações, de instaurar o dialogo, de alcançar o consenso para elaborar novas normas e atualizar valores e mecanismos de socialização, representam uma contribuição muito importante para o processo de amadurecimento da sociedade e para o aprofundamento das relações democráticas.

Neste processo, ao colocar as mulheres rurais na esfera publica, questionam a invisibilidade política, social e economia em que estão imersas, denunciando e enfrentando as desigualdades estruturantes (direitos sociais, bens e serviços) e as desigualdades culturais (violência sexista, divisão sexual do trabalho) abrindo caminho para a democratização do meio rural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. As mulheres no sindicalismo rural. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições 1962-1987*. Tese de Doutorado em História, UFPE. Recife, 2003.

BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Nuap/UFRJ.

CAPPELIN, Paola. *Atrás das Práticas: o perfil das sindicalistas*. Paper apresentado no XVIII Encontro da ANPOCS. Caxambu, 1994.

_____. *Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986.* UFPB: Fundação Carlos Chagas, 1987.

_____. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira.* In: Mari Del Priore (org) Historia das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

CORDEIRO, Rosineide. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____. *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco.* Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP. São Paulo, 2004.

DAGNINO, E. "Sociedade Civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades". In DAGNINO, E. (org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 285-302.

FISCHER, Isaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 2006.

FLEXOR, George. *Desenvolvimento Regional e trajetória das convenções no oeste catarinense.* Rio de Janeiro: CPDA, 2002, 279 p.

MEDEIROS, Leonilde. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MIOR, Luis Carlos. *Agricultores familiares, agroindústrias familiares e redes de desenvolvimento rural.* Chapecó: Argos, 2005, 338 p.

OLIVEIRA, F. *Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Instituto Polis 2001, 29 p.

PAULILO, Maria Ignez. Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990, 184 p.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas: reflexão sobre a questão agrária, Debates CPDA Nº 1. Rio de Janeiro, 1997.

PANDOLFI, Maria Lia. *Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*. Dissertação de mestrado, UFPE. Recife, 1986.

SANTOS, B. AVRITZER, L. "Introdução: Para ampliar o cânone democrático". In SANTOS, B. (org.) *Democratizar a Democracia: Os caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-82.

SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos.* São Paulo: Paz e Terra. 1980.

_____**.** *Os clandestinos e os direitos.* São Paulo: Duas Cidades. 1979

SHIVA, Vandana. “El saber propio de las mujeres y la conservación de la biodiversidad”. In MIES, Maria. SHIVA,Vandana. *La praxis del ecofeminismo*. Barcelona: Icaria, 199